

# **BONS RESULTADOS NO IDEB: ESTUDO EXPLORATÓRIO DE FATORES EXPLICATIVOS – O CASO DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA – SP**

**Maria Helena de Aguiar Bravo**  
Universidade de São Paulo  
maria.bravo@usp.br

**Resumo:** Neste artigo tem-se por objetivo analisar possíveis fatores político-educacionais que possam ter influenciado nos resultados do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de Marília-SP, a partir da pesquisa: “Bons resultados no Ideb: Estudo exploratório de fatores explicativos”. Inicialmente, apresentam-se as principais características socioeconômicas, culturais, políticas e educacionais do município, e as principais ações da política municipal que vêm contribuindo para a obtenção dos resultados educacionais. Por fim, analisam-se possíveis variáveis que expliquem os resultados à luz de depoimentos dos gestores educacionais municipais.

**Palavras-chave:** política educacional; indicadores; resultados

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo se propõe a analisar possíveis fatores da política educacional municipal que contribuíram para que o resultado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2007 nos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de Marília-SP fosse superior ao projetado pelo Ministério da Educação – MEC.

O Ideb, de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (Inep) sintetiza, em um só indicador, dados de fluxo escolar (aprovação, reprovação e evasão) e o desempenho dos alunos na Prova Brasil, em Língua Portuguesa e Matemática, criado em 2007 para monitoramento e medição do progresso dos programas em relação aos resultados e metas fixadas.

A base desse trabalho é a pesquisa “Bons resultados no Ideb: Estudo exploratório de fatores explicativos”, desenvolvida, a partir de 2009, por pesquisadores da Universidade de São Paulo, Universidade Estadual do Ceará e Universidade Federal da Grande Dourados - MS. São quarenta os municípios pesquisados, sendo vinte do estado de São Paulo, dez do Ceará e dez do Mato Grosso do Sul.

Partindo dos dados do Ideb entre 2005 e 2007 nos anos iniciais do ensino fundamental a pesquisa nacional pretende investigar fatores da política educacional que explicam o desempenho dos municípios mais de mil matrículas na rede municipal que se destacaram, dentre os demais, ou por terem maiores pontuações ou por apresentarem maior variação.

## **1. Características socioeconômicas, culturais e políticas**

Marília situa-se na região Centro-Oeste Paulista, na parte mais ocidental da Serra de Agudos. O Perfil Municipal de Marília para o ano 2000 indica população total de 197.342

habitantes, distribuídos da seguinte forma: 189.719 na área urbana e 7.623 na área rural, sendo 96.502 homens e 100.840 mulheres. (Fonte: Ministério das cidades). A densidade demográfica do município neste mesmo ano é de 168,49 hab/km<sup>2</sup>. (Fonte: IBGE/Sidra).

De acordo com dados do Datasus para o ano de 2009, a divisão etária deste município desenha uma pirâmide cuja concentração populacional está na faixa de 20 a 29 anos (37.917 hab.) demonstrando queda numérica mais acentuada a partir dos 60 anos (9.165 hab.). A população de 5 a 9 anos é formada por 17.176 habitantes, e a de 10 a 14 por 16.703 habitantes.

Quanto ao IDHM, o município cresceu de 0,774 em 1991 para 0,821 em 2000 – índice superior ao do estado de São Paulo (cujo IDH é de 0,820) e ao do país (0,766). (IPEADATA). Na medição da Fundação Seade para o IPRS, Marília faz parte do grupo de municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais.

Em Marília, 96,1% da população vivem na zona urbana, segundo dados do Ministério das Cidades para o ano de 2000. Os 55.740 domicílios particulares permanentes (IBGE, 2000) apresentam bons níveis de infraestrutura, com atendimento percentual de: 95,7 para coleta de lixo; 96,2 para abastecimento de água por rede geral; e 93,5 para esgoto sanitário por rede geral. (DATASUS, 2000).

O registro do PIB per capita de Marília para 2002 foi, segundo o IBGE, de R\$ 5.803,00. O percentual de participação deste município no PIB do estado de São Paulo foi de 0,306626% em 2006. (Seade).

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontam uma população economicamente ativa de 98.092 habitantes no ano 2000, concentrada, principalmente na área de serviços.

O atual prefeito municipal, Mário Bulgarelli, está em sua segunda gestão. Ele é graduado em pedagogia com habilitação em coordenação, administração e supervisão escolar e licenciado em educação física. Foi professor da rede pública por 25 anos e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) por 21 anos, tendo atuado também como professor na Universidade de Marília (Unimar) (MARÍLIA, 2010).

Graduada em Educação Física e Pedagogia e pós-graduada em Psicopedagogia e Gestão Pública, a secretária de educação ingressou na rede municipal de ensino como diretora, via concurso público e está na sua terceira gestão, ocupando o cargo de secretária há 10 anos. Natural de Marília, parece ter tido uma indicação técnica para a Pasta, visto que não exerceu outros cargos políticos anteriormente.

## **2. Histórico e características da Rede de Ensino**

### **2.1. Regulamentação e grau de institucionalidade da rede**

Marília conta com um Sistema Municipal de Ensino, cuja criação foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação em 27 de maio de 1998. Tem, portanto, 12 anos de existência.

O município tem também Conselho Municipal de Educação. Segundo o artigo 2º da Lei nº 6639/2007, “o Conselho Municipal de Educação é órgão de natureza sócio-participativa,

configurando-se como um dos pilares da gestão democrática”. A mesma lei determina funções consultiva, propositiva, mobilizadora, deliberativa e fiscalizadora ao colegiado.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) foi apontado pela secretária de educação quando questionada sobre os conselhos considerados relevantes para o bom desempenho do município. Sua fala transparece uma integração entre as ações do conselho e da Secretaria de Educação, que toma decisões e encaminhamentos a partir do diagnóstico e orientação dos conselheiros.

Marília conta também com um Plano Municipal de Educação, promulgado pela lei nº 6183/2005, com vigência até 2015. Tem como princípios norteadores “a valorização dos profissionais e educação como direito, como instrumento do desenvolvimento econômico e social e como fator de inclusão social” (MARÍLIA, 2005, p. 11).

O Ensino Fundamental de nove anos foi adotado pelo município em 2009. Segundo a secretária de educação, a ampliação implicou na necessidade de “contratação de professores, de funcionários e ampliação de muitas escolas”. A secretária também contou que houve um trabalho de preparação dos professores de Ensino Fundamental para recebimento das crianças de seis anos.

## **2.2. Atendimento às demandas educacionais**

A rede municipal de Marília mantém escolas de Educação Infantil (creches e pré-escolas), Ensino Fundamental I e Educação de Jovens e Adultos (EJA). O atendimento do Ensino Fundamental II, no município, fica todo a cargo do estado. A contabilização do número de estabelecimentos de ensino divididos por nível de ensino indicava 92 estabelecimentos, segundo Indicadores Demográficos Educacionais do PDE/MEC de 2007.

Há duas escolas de Educação Infantil na zona rural do município. A totalidade dos estabelecimentos de Ensino Fundamental está situada na zona urbana. Segundo a secretária de educação, há muitos alunos residentes na zona rural do município, mas eles são transportados para escolas na cidade. Não há estabelecimentos de ensino da rede municipal em áreas de assentamento, áreas remanescentes de Quilombos ou em comunidades indígenas.

A rede municipal de Marília se destaca pela boa cobertura na Educação Infantil: a demanda da pré-escola está totalmente suprida e a da creche está em constante crescimento. Essa configuração seria o resultado do trabalho acumulado há alguns anos, afirmou a secretária.

Segundo dados apresentados pela secretária de educação, as 31 unidades de Educação Infantil contam com uma estrutura composta por diretor e, dependendo do número de alunos, auxiliar de direção. A ampliação de vagas, em berçários, ainda precisa crescer consideravelmente para o atendimento total da demanda.

Em 2009, foi criada uma equipe multidisciplinar de apoio aos alunos com deficiências. Essa equipe faz uma triagem dos casos e os encaminha ao Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM), uma parceria com a Universidade de Marília. O assessor principal informou que o município possui “uma relação de todos os alunos, conforme a sua deficiência, com os quais fazemos o acompanhamento”

### **2.3. Desempenho educacional do município**

Em 2007 havia 8.836 alunos matriculados no Ensino Fundamental. A Educação Infantil tinha 10.107 matrículas, sendo 2.925 em creche e 7.182 em pré-escola. Na Educação de Jovens e Adultos eram 400 matrículas.

No que toca às taxas de rendimento, observa-se que, de acordo com dados do EDUDATA Brasil, Marília tem tido uma variação de quase dez pontos na aprovação: 87,4%, em 1999 tendo chegado em 2005 97%. A taxa de reprovação, por sua vez, caiu de 7,7 para 2,8, no mesmo período. O abandono diminuiu consideravelmente: de 4,9 para 0,2. Assim como as taxas de rendimento, os dados de distorção idade-série também têm diminuído consideravelmente no município. Marília apresentava em 2000, segundo o IBGE, uma taxa de escolarização líquida no Ensino Fundamental de 93,8% e de 59,7% no Ensino Médio.

Em 2007, a rede municipal de Marília teve um desempenho na Prova Brasil superior às médias do estado de São Paulo e do Brasil. Em Matemática, a diferença do município em relação ao estado ficou em 23,39 pontos e 35,6 em relação ao país. Em Português, o resultado municipal ficou 15,69 pontos acima do estadual e 26,37 do nacional.

A variação do Ideb de Marília entre 2005 e 2007 foi de 0,2 pontos. O resultado do índice para o município em 2007 (5,6) ficou 0,9 pontos acima da média do estado de São Paulo (4,7) e 1,6 acima do resultado do país.

Já em 2009 o município deu um salto no resultado do índice: alcançou a média de 6,4 pontos, o que significa uma diferença de 1,0 ponto em relação a 2005. O município ultrapassou a meta estabelecida, que era de 5,7 (dados do Inep).

O investimento na Educação Infantil foi o primeiro fator apontado pela secretária de educação para explicar os resultados do município no Ideb. Outro aspecto mencionado pela secretária de educação foi a boa formação inicial do magistério, pois ainda segundo a secretária, a passagem de alguns profissionais da rede pelo Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (Cefam)<sup>1</sup>. O terceiro fator levantado pela dirigente, foi o compromisso dos profissionais da educação com o trabalho realizado.

O assessor principal atribuiu ao trabalho que a Secretaria faz com as escolas uma das razões do alto Ideb do município, juntamente com o fato de todas as escolas terem seus projetos educativos.

Um dos técnicos da Secretaria apontou o acompanhamento do professor como um fator que tem contribuído para o bom resultado do município no Ideb.

O interesse político na educação, o apoio dado pela Secretaria de Educação às escolas e a prestação de contas de resultados foram os três fatores apontados pela diretora de escola na contribuição para o bom resultado do município no Ideb.

O ensino da rede municipal de Marília é organizado em ciclos. Do 1º ao 3º ano (ciclo de alfabetização) a progressão é continuada. A partir do 3º, o estudante pode ter sua progressão interrompida. A secretária de educação afirmou que o foco na alfabetização é o que orienta o sistema adotado.

---

<sup>1</sup> O Cefam foi criado em 1988 pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e extinto em 2005.

## **2.4. Condições de trabalho dos profissionais da educação**

O exercício do magistério em Marília é regido pelo Código de Administração do Município de Marília (Lei Complementar nº 11/1991) e pelo Estatuto do Magistério Público Municipal de Marília (Lei nº 3.200/1986)

O município se destaca por ter todos os professores da rede concursados, tal como informou a secretária de educação, que destacou também, a presença de pelo menos um coordenador-pedagógico em cada escola. Como problema, a secretária levantou o absenteísmo dos professores.

A jornada de trabalho dos professores de Ensino Fundamental é de 27 horas, das quais 25 são em sala de aula e duas reservadas aos estudos coletivos. A rede conta também com professores volantes, responsáveis por conduzir as aulas de reforço e recuperação, além de cobrir colegas faltosos ou de licença.

A partir da promulgação da Lei Complementar nº 501/2007, os cargos de diretor de escola municipal (Educação Infantil e Ensino Fundamental) são providos por concurso público específico.

No Ensino Fundamental, a média de alunos por turma na rede municipal de Marília é de 28,1. Na EJA o número cai para 19,5. A média de horas-aula diária é de cinco.

## **2.5. Formação dos profissionais de educação**

Segundo os Indicadores Demográficos Educacionais do PDE/MEC, em 2007 a rede municipal de Marília possuía 802 funções docentes, sendo 468 na Educação Infantil, 315 no Ensino Fundamental e 19 na Educação de Jovens e Adultos.

Nas ações de formação continuada desenvolvidas por Marília se destaca a experiência intitulada “socialização”, mencionada pelo assessor principal da Secretaria. Nela, as escolas inscrevem experiências próprias para serem socializadas na rede. (MARÍLIA, 2009a).

O horário de trabalho coletivo, chamado de estudos em conjunto, é realizado semanalmente em todas as escolas. Com duas horas de duração, tem a participação dos professores e coordenadores.

## **2.6. Estrutura da Secretaria de Educação**

A Secretaria de Educação de Marília está organizada em três áreas diretivas: gabinete, gestão escolar e gestão administrativa. Num segundo nível, ligado às diretorias, há a equipe pedagógica de educação básica (supervisor escolar e assistentes técnicos de área), a assessoria (assessor especial de políticas educacionais, assessor jurídico e assessor de gestão estratégica) e a equipe administrativa da educação básica, com vários cargos administrativos. Num terceiro nível há os seguintes setores: almoxarifado e patrimônio; protocolo e recepção; controle de pessoal; manutenção; núcleo de informática; setor de transportes; divisão de alimentação escolar; núcleo de apoio psicopedagógico; e o Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM). Num quarto nível estão as escolas (Emefs, Emefeis e Emeis) (MARÍLIA, s/d e).

A equipe administrativa da Secretaria Municipal de Educação conta com seis funcionários (MARÍLIA, s/d c). Na equipe pedagógica são 14 pessoas, incluindo o diretor. O foco do trabalho é o acompanhamento do processo pedagógico junto às escolas. Cada educador tem uma atribuição específica (MARÍLIA, s/d d).

### **3. O lugar da política educacional na política municipal**

O apoio do prefeito e dos vereadores municipais ao trabalho desenvolvido na educação foi colocado pela secretária como um dos fatores relevantes da implementação da política educacional municipal.

Além disso, a continuidade da política educacional foi reconhecida pelo assessor principal da Secretaria. Ele afirmou ainda que a maior parte da equipe da Secretaria de Educação tem permanecido em seus cargos, apesar das mudanças de gestão.

Como indicado anteriormente, o prefeito de Marília é professor, tendo atuado na rede pública de ensino por 25 anos. Segundo a secretária de educação, o fato tem ajudado o desenvolvimento da educação no município.

A secretária afirmou que no ano 2009, pela primeira vez, os secretários municipais participaram da elaboração do planejamento orçamentário do governo: “Esse ano foi o primeiro ano da administração que os secretários foram convidados a fazer a elaboração do PPA. Até então nunca havia acontecido”. O fato pode demonstrar um crescimento da participação das pastas na definição do plano de governo.

### **4. A política educacional do município**

O modelo de gestão da rede municipal de Marília é caracterizado por mecanismos racionais de controle dos processos (planejamento, metas compartilhadas entre escolas e Secretaria, monitoramento, avaliação, supervisão), mas realizado de modo a fortalecer a autonomia das escolas. O modelo concebe autonomia como fruto do fortalecimento do projeto educativo de cada escola. Assim, o foco recai na implementação dos projetos pedagógicos da escola, em torno dos quais ocorre o acompanhamento e o apoio da Secretaria.

Solicitado para se posicionar em relação à polêmica existente entre os que defendem maior autonomia para as escolas e os que pregam um controle maior por parte do órgão dirigente central, o assessor principal se colocou como um defensor da autonomia construída a partir da implementação dos projetos educativos da escola.

A gente quer autonomia da escola, inclusive, em nosso regimento, tem a questão da autonomia da escola. Nós trabalhamos essa questão para gestão escolar, mas qual é o pensamento que passamos para o diretor? Autonomia é construída. E ele tem que construir. Através do que ele constrói? Através da implementação do seu projeto pedagógico, do seu projeto educativo. Se você pegar essas escolas que estão melhores no Ideb, essas escolas que conseguiram construir o seu padrão pedagógico através do seu projeto educativo, eu considero que elas têm autonomia. E a autonomia eu coloco como uma posição e uma conquista. A partir de quando eu tenho um processo de ensino de aprendizagem que é eficaz, eu conquistei essa autonomia. Então, nós confiamos no trabalho que esse diretor está fazendo. Tudo o que ele faz e fala a gente assina em baixo.

A autonomia das escolas é sempre relativa, ponderou o assessor principal, construída a partir das orientações do órgão dirigente. Quando necessário, a Secretaria intervém nas escolas.

Tudo vai da questão de quem é esse diretor que está lá, a aprovação dele, o que ele realiza. Por exemplo, a gente passa as orientações pedagógicas. Nós temos uma área de execução municipal que ele tem que obedecer: não existe uma autonomia total, ela é relativa, nós sabemos disso. Em termos legais. E eles, seguindo as orientações da Secretaria e percebendo o que dá certo na escola, buscando os resultados da nossa relação, falam: “oh, nós conseguimos através dessa orientação ou do que nós acrescentamos de diferente, nós conseguimos esse sucesso”. Você encontrou esse caminho? Então siga. O que nós cobramos? Se ele colocou uns caminhos, além dos nossos e esses caminhos não conseguiram resultados eficazes, então nós temos que intervir. Por quê? O que está em jogo? Está em jogo o aluno num processo de ensino e aprendizagem. Nós não podemos deixar passar em branco. Existe a intervenção pedagógica, e é para valer e é administrativa quando o diretor, a escola, as escolas não estão demonstrando resultados eficazes em relação ao processo de ensino de aprendizagem.

Além da implementação de processos racionais de gestão, o modelo é implementado a partir da definição de prioridades (alfabetização e garantia da aprendizagem de Matemática e Língua Portuguesa) e de um referencial curricular único, adotado por todas as escolas da rede.

A gestão faz uso dos resultados de avaliações externas para diagnosticar problemas e planejar as ações pedagógicas com vistas a alcançar eficiência nos processos e eficácia dos resultados focando na busca da equidade na rede.

#### **4.1. Planejamento e organização da Secretaria**

Como já foi relatado, antes de assumir o cargo, a secretária de educação de Marília era diretora de escola municipal. Segundo ela, esse conhecimento prévio da rede foi crucial na definição dos rumos da Pasta. Uma das questões diagnosticadas enquanto era diretora foi a importância de se registrar as práticas da escola e trabalhar com indicadores que pudessem subsidiar ações de melhoria.

O foco estabelecido para a política municipal de educação foi a alfabetização, relatou a secretária. Para ela, essa é a base da aprendizagem subsequente na escolarização das crianças e adolescentes.

O planejamento anual da Pasta é sistematizado num documento dividido pelas áreas da Secretaria. Para cada área, há uma tabela com objetivos, metas, ações, responsáveis e avaliação. Destaca-se na apresentação do plano de 2009 a seguinte citação da secretária municipal de educação: “a nossa tarefa é assessorar os profissionais da educação na construção da identidade de cada escola, através da implementação de suas propostas pedagógicas” (MARÍLIA, 2009, p. 2). Ou seja, o planejamento é feito de modo a dar suporte às escolas no desenvolvimento de seus projetos.

Outro foco da política educacional de Marília é o investimento na Educação Infantil. Como vimos, esse foi um dos fatores levantados pela secretária de educação ao explicar o bom desempenho do município no Ideb.

A diversidade entre as escolas não motiva ações diferenciadas pela Secretaria. Para o assessor principal, os conteúdos têm que ser trabalhados indiscriminadamente, o que se relaciona com a crença de que todos, independentemente de suas condições sócio-econômicas, podem e tem o direito de aprender.

Quando falou sobre o Ideb, a secretária de educação falou a respeito da explicitação das desigualdades entre as escolas da rede proporcionada pelo índice. Indagada de como está enfrentando as diferenças entre as escolas, a dirigente falou do impacto do trabalho das diretoras de escola e da importância de se considerar o contexto sócioeconômico das comunidades onde as escolas estão inseridas.

Segundo a dirigente, a equipe técnica da Secretaria é formada por professores da rede municipal que se destacaram em sua atuação nas escolas. O conhecimento da rede que esses profissionais trazem foi colocado como fundamental no desenvolvimento do trabalho.

Uma instância de ligação entre as escolas e a Secretaria é representada pelos professores coordenadores que, segundo o assessor da Secretaria, foi uma das principais medidas adotadas pelo município visando à melhoria do desempenho dos alunos. A Secretaria dispõe de um plano de trabalho do professor-coordenador. O plano conta com justificativa, objetivos, metas, ações e avaliação.

A Secretaria realiza visitas bimestrais às escolas com o objetivo de fazer um acompanhamento do projeto educativo, pensar questões junto com os professores e o coordenador-pedagógico. Nas visitas que os técnicos fazem nas escolas, olham os semanários dos professores e os portfólios dos estudantes.

Os técnicos da Secretaria se reúnem com os coordenadores quinzenalmente, para falar de questões pedagógicas. Com os diretores as reuniões são mensais, sendo que, em alguns meses, o número é maior. A pauta é composta por assuntos pedagógicos e administrativos.

O município possui um documento de referenciais curriculares. Para cada disciplina (Língua Portuguesa, Matemática, ciências naturais, história, geografia e educação física) há objetivos (propostos para 1ª e 2ª séries e 3ª e 4ª séries) e um diagrama de conteúdos bimestral, para cada série (MARÍLIA, s/d b).

Em Marília foi criada uma proposta de adequação curricular para subsidiar o trabalho com as crianças com deficiência. O técnico da Secretaria completou dizendo que a adequação curricular para os alunos com deficiência acompanha os estudantes por todas as escolas da rede que eles se matriculem, pois, caso contrário, o trabalho se perde com as mudanças de equipe.

O programa de informática nas escolas foi levantado pelo assessor principal quando questionado se havia mais alguma coisa importante do ponto de vista pedagógico na política educacional. Todas as escolas de Ensino Fundamental têm laboratório de informática com 20 computadores, onde os alunos têm aulas semanais. O monitor de informática é concursado. Há ainda uma avaliação externa de informática.

Questionada se a rede de Marília adotou apostilas de sistemas de ensino privados, a secretária de educação afirmou que “não. Nós trabalhamos com o Programa Nacional do Livro



Didático, o PNLD”. No município, a escolha dos livros didáticos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é feita em conjunto pelos coordenadores das escolas e os técnicos da Secretaria.

#### **4.2. Acompanhamento e avaliação**

Desde 2004, o município desenvolve em sua rede uma experiência própria de avaliação externa, o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de Marília (Sarem). Aplicado anualmente ao final do primeiro semestre letivo, a avaliação é realizada com os alunos da 4ª série, nas áreas de Matemática e Língua Portuguesa (produção e compreensão de texto). Segundo a secretária, “o Sarem é uma avaliação feita pela própria rede para indicar quais seriam as deficiências de cada escola, de cada turma e da rede como um todo. Procurar, por meio da avaliação, onde está o nó”.

A partir das deficiências que são detectadas nas avaliações o município realiza cursos de formação específicos.

A avaliação consiste em 10 questões de Matemática, 10 de Língua Portuguesa (compreensão de texto) e uma produção de texto. Segundo a secretária, a forma de elaboração das questões tem variado, sendo que nos últimos anos o modelo que tem se consolidado é a construção por parte da equipe da Secretaria.

Não são feitas comparações entre as escolas com base no Sarem, esclareceu o assessor principal, ainda que sejam produzidas médias dos resultados por escola. O tratamento dos dados prevê um relatório elaborado para cada escola, incluindo um exame de cada questão, dizendo quantos alunos acertaram, quantos erraram e quais foram os erros.

Além de relatórios por escola, os resultados do Sarem são sistematizados também em planilhas gerais, internas, que não circulam entre as escolas para não gerar comparações, servindo apenas à Secretaria. (MARÍLIA, 2009c).

Cada escola recebe um documento com orientações para aplicação da avaliação externa, que aborda os horários, regras e atribuições dos diferentes atores, como o coordenador da Secretaria de Educação, o diretor da escola, o professor coordenador, o auxiliar de direção e o professor aplicador. (MARÍLIA, 2009d).

O assessor principal, quando discorria sobre o Ideb, afirmou a importância de analisar os resultados da avaliação em profundidade. A prática do município com avaliação externa pressupõe essa análise. A Secretaria envia os resultados da avaliação para diretores, professores e pais, envolvendo todos no exame e interpretação dos resultados.

Desde 2006, o município desenvolve também o Sistema de Avaliação do Rendimento através da Informática e Desafio de Matemática (Sarinfo), uma avaliação externa informatizada, na qual os alunos respondem as questões no computador. Realizada com os estudantes da 3ª série, tem como objetivo avaliar a aprendizagem, diagnosticar as dificuldades e, a partir daí, promover ações de melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

O Sarem não é aplicado junto às crianças com deficiência mental ou intelectual. O aluno pode até fazer a prova, mas ela não é considerada na avaliação.

#### **4.4 Integração da política educacional com as demais políticas setoriais**

A Prefeitura de Marília apresenta uma integração das ações na área de educação com um conjunto de políticas setoriais. Um primeiro exemplo é a parceria com a assistência social, que tem projetos com crianças e adolescentes desfavorecidas sócio-economicamente no contraturno escolar. Educadores sociais dão suporte na realização de ações de reforço escolar e acompanhamento das tarefas de casa. Os projetos desenvolvem também formação profissional e atividades de arte e cultura.

A assistência social e as escolas mantêm um contato, transparecendo um acompanhamento conjunto das crianças e adolescentes atendidas, que são encaminhadas também a cursos profissionalizantes.

Há também um trabalho em conjunto com a área de saúde, principalmente em saúde bucal e ainda programas de educação no trânsito e projetos esportivos nas escolas, como xadrez e tênis de mesa, além de aulas de basquete realizadas no contraturno escolar.

##### **4.4.1 Relação da gestão com a Secretaria Estadual e MEC**

A dirigente educacional destacou os convênios com a Secretaria de Estado da Educação na contribuição para o desenvolvimento da educação no município. A relação com o governo estadual tem se concentrado mais no dimensionamento da demanda educacional.

A relação do município com o Ministério da Educação se estreitou bastante com o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), de acordo com a secretária. Marília participa do Grupo de Trabalho das Grandes Cidades e Capitais<sup>2</sup>, uma iniciativa criada em 2007 pelo MEC para discutir temas educacionais comuns aos grandes municípios.

A secretária destacou o apoio que tem recebido do MEC. Entre os programas desenvolvidos pelo ministério, mostrou entusiasmo com o Escola de Gestores, o Pró-Letramento e o PNLD.

O assessor principal complementou dizendo que a relação do município com o ministério ocorre ainda com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), inclusive os da Educação Infantil, e do material relativo à Prova Brasil e ao Ideb.

##### **4.4.2 Outras articulações**

A secretária de educação faz parte da diretoria executiva da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) - São Paulo e é vice-presidente das regionais do interior do estado. Foi por duas gestões consecutivas membro do conselho de representantes da Undime Nacional, vice-presidente Undime - São Paulo. Em sua gestão ela estabeleceu várias parcerias com a instituição, como a realização do Pró-Gestão (em conjunto também o Conselho Nacional de Secretários de Educação, o Consed).

A secretária também destacou a parceria com o Instituto Ayrton Senna. Marília participou do Escola Campeã, programa que tinha o objetivo de contribuir com a melhoria da

---

2 O grupo tem 127 cidades participantes. São consideradas grandes cidades aquelas com mais de 163 mil habitantes.

qualidade do Ensino Fundamental por meio da implementação, sistematização e disseminação de metodologias de fortalecimento da gestão de Secretarias Municipais de Educação e de unidades escolares. A parceria é anterior à gestão da secretária. A principal contribuição dada foi a aprendizagem de trabalhar com indicadores para melhorar a qualidade da educação.

A parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) também foi mencionada pela secretária de educação. Por meio da participação como município pólo no Programa Melhoria da Educação no Município, Marília se tornou uma referência regional em educação, segundo a secretária. A parceria com a instituição foi estabelecida na gestão da atual secretária.

Há também, tal como já foi relatado, uma parceria do município com a Universidade de Marília, que mantém o Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM), para onde são encaminhados alunos com deficiência para atendimento por uma equipe multidisciplinar específico.

## **5. Informações e opiniões coletadas no município sobre o Ideb**

Para a secretária de educação, o Ideb é um instrumento para política justamente na medida em que possibilita a realização de um diagnóstico, a explicitação dos pontos que precisam ser mais bem trabalhados. Ela se referiu ainda à possibilidade que o Ideb dá de identificar as desigualdades entre as escolas da rede e falou da importância de não haver grandes diferenças entre as escolas, transparecendo um princípio de equidade.

Para o assessor principal, o Ideb é uma referência nacional importante, que reforça a avaliação desenvolvida pelo município. No entanto, ele se posicionou contrário à classificação produzida pelo índice.

Ainda que não tenham acesso a classificações produzidas com base no Sarem, as escolas recebem os *rankings* do Ideb. Indagado se isso foi de alguma forma prejudicial para a rede, o assessor principal disse que não, pois o município já tem sua própria avaliação. Segundo ele, o principal problema da classificação é que ela gera equívocos devido ao uso de médias enganosas, que não refletem de fato a diversidade dos resultados.

As matrizes de avaliação da Prova Brasil são trabalhadas com os professores, afirmou a secretária de educação. Os resultados da avaliação nacional e da realizada no município são muito semelhantes, completou.

A qualidade do ensino foi colocada pela secretária de educação como o principal desafio, não só de Marília, como de todos os municípios brasileiros. Ela contextualizou o desafio da qualidade em uma série de condições imprescindíveis para o desenvolvimento da educação.

## **6. Principais fatores que facilitaram e dificultaram a implementação das políticas**

A secretária de educação levantou três fatores que facilitaram a implementação da política no município. O primeiro deles foi a coesão e o comprometimento da equipe técnica da Secretaria, seguido de ter a totalidade dos professores da rede concursados e o apoio do prefeito e dos vereadores municipais ao trabalho desenvolvido na educação.

A burocracia inerente à gestão pública que consome o trabalho foi a única dificuldade colocada pela secretária de educação.

O assessor principal apontou as relações estabelecidas com os professores e diretores como um fator positivo no desenvolvimento do trabalho na Secretaria. Sua fala demonstra a valorização de relações de confiança. Outro fator colocado pelo assessor principal foi a realização de estudos e pesquisas, associados ao planejamento. O assessor principal falou ainda da exigência de eficácia, isto é, da cobrança de resultados como algo presente na rede.

A vontade de melhorar sempre, constantemente, foi colocada pelo técnico da Secretaria como um fator que facilita o trabalho: “Essa insatisfação pedagógica que nós temos aqui na equipe, eu acho bom, sempre a gente pode melhorar”.

Entre os fatores que têm dificultado a implantação da política educacional, o assessor principal apontou a falta de interação entre teoria e prática na formação inicial dos professores.

## **7. Características do contexto e das políticas educacionais estudadas que contribuíram para que o município pesquisado tenha bons resultados no Ideb.**

- Investimento na Educação Infantil.
- 100% da demanda de pré-escola atendida.
- 100% de professores concursados.
- Composição de equipe de trabalho da Secretaria com pessoas selecionadas tecnicamente, com conhecimento da realidade local.
- Apoio pedagógico da Secretaria às escolas, com materiais e visitas regulares.
- Estruturação de todo o trabalho pedagógico, tanto na escola como no apoio que a Secretaria dá às escolas, em torno da implantação do projeto educativo das unidades.
- Sistemática de análise aprofundada dos dados da avaliação externa, utilizando-os como ferramenta de planejamento.
- Elaboração do planejamento semanal do professor, com apoio do coordenador pedagógico.
- Apoio do coordenador-pedagógico ao professor, de diversas maneiras.
- Existência de parâmetros curriculares comuns.
- Concurso específico para seleção de diretores.
- Formação continuada dos profissionais técnicos com base na socialização de experiências concretas das escolas.
- Organização dos processos e rotinas tanto no âmbito da Secretaria quanto na escola.
- Cursos de formação em gestão escolar.
- Foco no desenvolvimento de ações visando à equidade na rede escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada essa realidade e as potencialidades e limites do Ideb, observa-se que o indicador é visto de maneira positiva pelos gestores municipais ao possibilitar um diagnóstico da rede e identificar os problemas.

Outra característica é o fato de o Ideb se apresentar como indutor de políticas educacionais, que por ser uma referência nacional com sua devida importância, faz com que o trabalho realizado a cerca de avaliações externas venha crescendo nos municípios. Podemos tomar como exemplo os estudos das matrizes das avaliações, a formação continuada de professores e o desenvolvimento de avaliações externas próprias das redes de ensino.

O apoio prestado pela equipe da Secretaria Municipal de Educação de Marília às escolas e aos profissionais é um ponto relevante na qualidade da educação. A equipe de trabalho da Secretaria formada por pessoas com conhecimento da realidade local, a totalidade dos professores concursados e os cursos de formação para gestores escolares, qualificam a estruturação e o desenvolvimento do trabalho pedagógico realizado, organizando processos e projetos.

Além disso, a preocupação com a equidade na rede escolar se faz presente tanto nos discursos dos dirigentes municipais sobre qualidade da educação no município, bem como nas políticas e no foco do desenvolvimento de ações.

Foi proposto neste relatório a análise e o relato dos resultados parciais da pesquisa em andamento, procurando abrir caminho para novas questões a serem futuramente exploradas no âmbito das políticas educacionais.

## REFERÊNCIAS

- EMEF PROFESSORA RENY PEREIRA CORDEIRO. **Rotina de trabalho do professor-coordenador**. Marília: 2009a. 2 p. (mimeo)
- EMEF PROFESSORA RENY PEREIRA CORDEIRO. **Plano de gestão**. Marília: 2009b. (mimeo)
- EMEF PROFESSORA RENY PEREIRA CORDEIRO. **Relatório de HEC**. Marília: 2009c. (mimeo)
- EMEF PROFESSORA RENY PEREIRA CORDEIRO. **Ações que a escola traçou para o trabalho com os alunos não-alfabetizados**. Marília: s/d a. 1 p. (mimeo)
- EMEF PROFESSORA RENY PEREIRA CORDEIRO. **Análise das pastas de produções de textos**. Marília: s/d b. 1 p. (mimeo)
- EMEF PROFESSORA RENY PEREIRA CORDEIRO. **Análise dos semanários**. Marília: s/d c. 1 p. (mimeo)
- EMEF PROFESSORA RENY PEREIRA CORDEIRO. **Plano de ação**. Marília: s/d d. 1 p. (mimeo)
- MARÍLIA. **Plano municipal de educação**. Marília: Prefeitura Municipal de Marília, 2005. 81 p.
- MARÍLIA. **Socialização de saberes dos educadores da rede municipal de Marília**: sequências didáticas. Marília: 2009a. 130 p. (mimeo).
- MARÍLIA. **Secretaria Municipal de Educação**: plano anual de trabalho. Marília: 2009b.

(mimeo).

MARÍLIA. **Sistema de avaliação do rendimento escolar de Marília**. Marília: 2009c. (mimeo).

MARÍLIA. **Avaliação externa 2009**. Marília: 2009d. (mimeo).

MARÍLIA. **Prefeitura**. Disponível: <<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/index.html>>. Acesso em: 14 set. 2010.

MARÍLIA. **Plano do professor-coordenador**. Marília: s/d a. 3 p. (mimeo)

MARÍLIA. **Referências curriculares Ensino Fundamental**. Marília: s/d b. (mimeo)

MARÍLIA. **Equipe administrativa da educação básica**. Marília: s/d c. (mimeo)

MARÍLIA. **Equipe pedagógica da educação básica**. Marília: s/d d. (mimeo)

MARÍLIA. **Secretaria Municipal de Educação**. Marília: s/d e. (mimeo)

MARÍLIA. Lei nº 6.639 de 9 de outubro de 2007. Dispõe sobre a nova regulamentação do Conselho Municipal de Educação, revoga a Lei nº 4.321, de 8 de outubro de 1997 e dá outras providências.

MARÍLIA. Lei nº 3.200 de 30 de dezembro de 1986. Dispõe sobre o estatuto do magistério público municipal de Marília.

MARÍLIA. Lei complementar nº 11 de 17 de dezembro de 1991. Institui o código de administração do município de Marília